



# **KEPLERWEBER<sup>®</sup>**

**Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
com relatório do auditor independente**

## 1. Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

## 2. Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada, estabelecida no Brasil e a seguir relacionada:

	Porcentagem da Participação	
	Dez/2020	Dez/2019
Kepler Weber Industrial S.A.	100%	100%

## 3. Apresentação das demonstrações financeiras

### a. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### ***Aprovação das demonstrações financeiras***

As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal em 23 de fevereiro de 2021 e pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2021, para divulgação nesta mesma data.





### **3.1 Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

## **4. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

### **a) Base de consolidação**

#### **i. *Controlada***

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### **ii. *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



**b) Instrumentos financeiros**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**iii. *Mensuração subsequente***

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificaram seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

**iv. *Ativos financeiros ao custo amortizado***

Ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais geram fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal em aberto.

**v. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao valor justo por meio do resultado – VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como valor justo por meio do resultado - VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**vi. *Desreconhecimento de Ativos financeiros***

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.



vii. *Passivos financeiros*

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas no resultado. A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Administração também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa dos passivos modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado, nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contra prestação paga (incluído ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

viii. *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. As aplicações financeiras retidas não atendem à definição de equivalentes de caixa por terem sido dadas em garantia de fianças bancárias, sendo reconhecidas pelo custo amortizado.

Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

i. *Ativos financeiros não derivativos*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre





condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*

A Companhia e sua controlada utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

ii. *Ativos não financeiros*

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia e sua controlada revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.



As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não foram utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



f) Partes relacionadas

As transações praticadas entre a Controladora e sua controlada seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. Os contratos referem-se substancialmente ao pagamento de Royalties e Aluguéis da controlada para a controladora (nota explicativa 23).

g) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da controladora mantidos para venda são classificados nesse grupo se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

h) Investimentos

Os investimentos na controlada são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2)/IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. Propriedade para investimento é mensurada pelo custo ou valor justo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando a mesma é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

O valor justo para fins de divulgação das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.





j) Imobilizado

i. *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício correntes e comparativos são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Outros equipamentos	05 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

k) Ativos intangíveis

Os softwares são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.



i. *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e sua controlada possuírem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis conforme avaliação de adesão desses ativos pela Companhia.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, caso aplicável, perdas por redução ao valor recuperável.

ii. *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
Softwares	5 anos

l) Benefícios a empregados

i. *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.



ii. *Outros benefícios a empregados*

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia e sua controlada incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

m) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados e administradores estatutários é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

o) Financiamentos de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e sua controlada avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e sua controlada alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.





O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental, a Companhia e sua controlada usam uma taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual.

A Companhia e sua controlada apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Os contratos de arrendamento que foram escopo da norma, reconhecidos no ativo como de direito de uso, terão a sua depreciação calculada pelo método linear de acordo com o prazo de cada contrato. A determinação do passivo de arrendamento a pagar, corresponde ao total de pagamentos futuros, identificando os contratos com certeza razoável de renovação de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, sendo esses fluxos ajustados a valor presente. Os encargos gerados pelo ajuste do fluxo a valor presente serão apropriados com base em uma taxa nominal de desconto de acordo com a vigência dos contratos e reconhecidos como despesas financeiras.

p) Capital social

i. *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no



respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados.

r) Receita operacional líquida

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o bem ou serviço ao cliente.

Equipamentos para armazenagem e movimentação de granéis

A Companhia fabrica equipamentos para a armazenagem, beneficiamento e movimentação de granéis. Os contratos com clientes estabelecem adiantamentos durante os seguintes momentos de fabricação: na data de assinatura do contrato, antes de iniciar a fabricação e antes de cada etapa de fabricação. Também existem contratos com clientes que são financiados por instituições financeiras em que a liberação do pagamento para a Companhia ocorre ou no momento de assinatura do contrato ou conforme a progressão da construção. No entanto, as fabricações ocorrem em um período de até seis meses.

A receita operacional de equipamentos para armazenagem e granéis é reconhecida no momento do embarque e/ou transferência do controle dos equipamentos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos como adiantamento de clientes. A receita de montagem é reconhecida ao longo do tempo conforme estágio de conclusão dos serviços prestados com base em medições, conforme cronograma definido em contrato, de trabalhos realizados nos canteiros de obras em andamento. O faturamento relacionado à prestação de serviço de montagem ocorre simultaneamente ao faturamento dos equipamentos. A Companhia efetua a alocação do preço de cada obrigação de desempenho de forma distinta, essas faturas tem seu pagamento vinculado aos adiantamentos dos clientes.

Reposição e serviços

A Companhia disponibiliza aos seus clientes peças de reposição através da sua rede de representantes comerciais em conjunto com a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica. Para esses bens a receita é reconhecida em período específico de tempo, normalmente pela transferência do controle desses bens e a receita da prestação de serviço é reconhecida quando o serviço é prestado. As faturas relacionadas às peças e serviços são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em no máximo 300 dias.

s) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia e sua controlada irão cumprir as condições associadas com a subvenção. As informações relativas às subvenções reconhecidas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas na Nota explicativa 37.

t) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de



dividendos ou juros sobre capital próprio recebidas da controlada são registradas por equivalência patrimonial, reduzindo o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## **5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada utilizaram julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, revisadas de forma continua sendo reconhecidas prospectivamente.

### **5.1 Julgamentos**

A Companhia e sua controlada entendem que as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4(p) – Receita operacional líquida: se a receita de produtos e serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo;
- Nota explicativa 19 – Ativos não circulantes mantidos para venda; e
- Nota Explicativa 28 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### **5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas**

A Companhia e sua controlada entendem que as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas no exercício a findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 – Financiamentos para arrendamento;
- Nota explicativa 11 – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 14 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 16 – Propriedades para investimento: determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 17 – Imobilizado: Reconhecimento, mensuração e custos subsequentes;
- Nota explicativa 18 – Intangível Pesquisa, desenvolvimento e gastos subsequentes; e
- Nota Explicativa 28 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.





### **5.3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia e sua controlada determinaram que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge.

c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

- - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- e
- - IFRS 17 Contratos de Seguros.

## **6. Financiamentos de Arrendamento**

Na data da adoção inicial em 01 de janeiro de 2019 a Companhia contabilizou ativo de direito a uso, igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustado a valor presente no montante de R\$ 206 na Controladora e R\$ 7.411 no consolidado. A escolha da Companhia na abordagem da adoção a norma não resultou impacto no patrimônio líquido.

Na adoção inicial, a Companhia optou em contabilizar seus contratos de arrendamento considerando a Taxa Nominal. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reavaliou seus



contratos de arrendamento considerando a Taxa real, concluindo que o impacto desta variação não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contabilizou R\$ 654 no seu resultado como despesa financeira, sendo que o saldo remanescente no passivo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 905.

Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/2019, a Companhia informa os saldos de passivos de arrendamento, os quais no consolidado totalizam R\$ 6.225 em 31 de dezembro de 2020. Os pagamentos geram um direito potencial de PIS e COFINS incluídos na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, de 9,25% (R\$ 576).

a) Composição direito de uso:

Descrições	Vida útil (anos)	Controladora		Consolidado	
		Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Imóveis	1	65	33	65	33
Veículos	1 a 2	-	-	4.849	1.407
Máquinas e equipamentos	0 a 17	-	-	1.399	1.583
<b>Total</b>		<b>65</b>	<b>33</b>	<b>6.313</b>	<b>3.023</b>

b) Movimentação direito de uso

Descrições	Vida útil (anos)	Controladora			Consolidado	
		Valor líquido Dez/2019	Adição	Depreciação	Valor líquido Dez/2020	
Imóveis	1	33	230	(198)	65	
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>230</b>	<b>(198)</b>	<b>65</b>	

  

Descrições	Vida útil (anos)	Consolidado			
		Valor líquido Dez/2019	Depreciação	Adições	Valor líquido Dez/2020
Imóveis	1	33	(198)	230	65
Veículos	1 a 2	1.407	(3.239)	6.681	4.849
Máquinas e equipamentos	0 a 17	1.583	(758)	574	1.399
<b>Total</b>		<b>3.023</b>	<b>(4.195)</b>	<b>7.485</b>	<b>6.313</b>

c) Composição dos arrendamentos a pagar:

Descrições	Taxas média ponderada	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Imóveis	7,9% a.a.	2020	101	-	101	-
Veículos	7,9% a 8,65% a.a.	2020 a 2021	-	-	4.705	1.302
Máquinas e equipamentos	6,4% a 9,4% a.a.	2019 a 2036	-	-	1.419	1.553
<b>Total</b>			<b>101</b>	<b>-</b>	<b>6.225</b>	<b>2.855</b>

  

Passivo Circulante			101	-	3.660	1.206
Passivo não Circulante			-	-	2.565	1.597
<b>Total</b>			<b>101</b>	<b>-</b>	<b>6.225</b>	<b>2.803</b>



**d) Movimentação dos arrendamentos a pagar**

Descrições	Taxas média ponderada	Vencimento	Controladora			
			Valor líquido Dez/2019	Adições	Liquidações	Valor líquido Dez/2020
Imóveis	7,9% a.a.	2020	-	230	(129)	101
<b>Total</b>			-	230	(129)	101

  

Descrições	Taxas média ponderada	Vencimento	Consolidado			
			Valor líquido Dez/2019	Liquidações	Adições	Valor líquido Dez/2020
Imóveis	7,9% a.a.	2020	-	(129)	230	101
Veículos	7,9% a 8,65% a.a.	2020 a 2021	1.249	(3.225)	6.681	4.705
Máquinas e equipamentos	6,4% a 9,4% a.a.	2019 a 2036	1.554	(709)	574	1.419
<b>Total</b>			2.803	(4.063)	7.485	6.225

**7. Gerenciamento de risco financeiro**
**Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**a) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrer perdas financeiras caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

***Contas a receber de clientes e outros créditos***

As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente pelo Comitê de Crédito com base em: capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoas físicas, produtores agrícolas, ou pessoas jurídicas, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*. A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos (estágio de montagem dos equipamentos), o que pode ocasionar um aumento na posição de vencidos que não necessariamente se traduz em inadimplência por falta de condições financeiras dos clientes, uma vez que o índice histórico de perda





pela falta de pagamento é baixo. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos junto a instituições financeiras, cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Companhia e sua controlada entendem que não há risco de crédito significativo para operações classificadas nas suas demonstrações financeiras como outros créditos.

#### *Exposição a riscos de crédito*

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Controladora</b>	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	
		<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9	12.492	6.435
Aplicações financeiras retidas	9	-	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	10	-	9.852
Partes Relacionadas		4.780	1.599
Outros Créditos		-	20
<b>Total</b>		<b>17.272</b>	<b>23.665</b>

  

<b>Consolidado</b>	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	
		<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9	260.376	38.443
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	9	21.138	-
Aplicações financeiras retidas - circulante	9	-	5.759
Títulos e valores mobiliários - circulante	10	-	40.688
Contas a receber clientes	11	85.002	66.074
Outros créditos		5.478	6.012
<b>Total</b>		<b>371.994</b>	<b>156.976</b>

#### b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e se preocupam com a otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Desta forma, é possível garantir que possuam saldo em tesouraria suficiente para superar a necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.



A seguir estão os contratos de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

		Controladora				
31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	135	135	135	-	-	-
Outras contas a pagar	1.364	1.364	1.364	-	-	-
	<b>1.499</b>	<b>1.499</b>	<b>1.499</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
		Consolidado				
31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	Acima de 6 até 12 meses	Acima de 1 até 2 anos	Acima de 2 até 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Financiamentos e empréstimos	10.971	11.369	3.180	3.121	5.068	-
Financiamentos de Arrendamento	6.225	6.225	1.051	1.564	2.658	952
Fornecedores	75.197	75.197	75.197	-	-	-
Outras contas a pagar	9.079	9.079	9.079	-	-	-
	<b>101.472</b>	<b>101.870</b>	<b>88.507</b>	<b>4.685</b>	<b>7.726</b>	<b>952</b>

Os fluxos de caixas contratuais da Companhia e sua controlada são apresentados considerando o principal mais juros incorridos até a data da liquidação final dos financiamentos e empréstimos e para os demais passivos somente o principal.

A Companhia possui a operação de Risco Sacado Confirming sem alongamento de prazos com alguns fornecedores no montante de R\$ 2.216 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.544 em 31 de dezembro de 2019).

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

i. Risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.



### Exposição à moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

Itens	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Clientes	1.996	658
Adiantamento de Cliente	(21.799)	(5.837)
Disponibilidade ME	8.109	16.012
Fornecedores	(1.021)	(874)
Adiantamento a Fornecedor	10.628	468
Comissões a representantes	(637)	(498)
<b>Total</b>	<b>(2.724)</b>	<b>9.929</b>
<b>Valor equivalente em US\$ mil</b>	<b>(524)</b>	<b>2.463</b>
<b>Valor de exposição líquida em US\$ mil</b>	<b>(524)</b>	<b>2.463</b>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

	Consolidado		
	Taxa provável variação Dez/2020	Redução de 25%	Redução de 50%
Instrumentos financeiros líquidos sujeitos a variação do US\$ 524	5,1967	3,8975	2,5984
Projeção anual financeira	2.724	2.042	1.362
Variação		682	1.362

	Consolidado		
	Taxa provável variação Dez/2020	Valorização de 25%	Valorização de 50%
Instrumentos financeiros líquidos sujeitos a variação do US\$ 524	5,1967	6,4959	7,7951
Projeção anual financeira	2.724	3.406	4.086
Variação		(682)	(1.362)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas no período/exercício:

Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	
Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
5,1578	3,9461	5,1967	4,0307

### Derivativos - contratos de câmbio a termo

A Companhia e sua controlada possuem política para mitigação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Adicionalmente, cabe destacar, que a Companhia não possuía operações com derivativos em 31 de dezembro de 2019.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do período está apresentado abaixo:

Operações de proteção	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de NDF	(106)	-
	<b>(106)</b>	<b>-</b>





### ii. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pela taxa de juros do CDI, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas taxas pré fixadas.

*Perfil:* Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do CDI da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor contábil	
	Dez/2020	Dez/2019
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>12.492</b>	22.046
Caixa e equivalentes de caixa	12.492	6.435
Aplicação financeira retida	-	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	-	9.852
<b>Consolidado</b>		
	Dez/2020	Dez/2019
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Passivos financeiros</b>	<b>10.971</b>	40.066
Finep	10.971	18.124
Finame	-	6.655
Capital de Giro	-	15.287
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos financeiros</b>	<b>281.514</b>	84.890
Caixa e equivalentes de caixa	260.376	38.443
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	21.138	-
Aplicações financeiras retidas – circulante	-	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	-	40.688

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos à atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras retidas, títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa do CDI, a Administração considerou como cenário provável a taxa do CDI na data de 31 de dezembro de 2020 sobre o percentual de variação de CDI médio ponderado.

	Controladora			
	Receita anual sobre índice Dez/2020	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$12.489	1,90%	1,90%	1,43%	0,95%
Projeção anual sobre ativo financeiro	237	237	179	119
Variação			(58)	(118)
	Consolidado			
	Receita anual sobre índice Dez/2020	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$269.237	1,90%	1,90%	1,43%	0,95%
Projeção anual sobre ativo financeiro	5.116	5.116	3.850	2.558
Variação			(1.266)	(2.558)



	Consolidado			
	Receita anual sobre índice Dez/2020	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$2.012	2,0%	2,0%	1,50%	1,0%
Projeção anual sobre ativo financeiro	40	40	30	20
Variação			(10)	(20)

### d) Estrutura de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A dívida líquida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é apresentada a seguir:

Consolidado	Dez/2020	Dez/2019
Financiamentos e empréstimos	10.971	40.066
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(260.376)	(38.443)
Menos: aplicações financeiras de liquidez não imediata	(21.138)	-
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	-	(5.759)
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	-	(40.688)
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>(270.543)</b>	<b>(44.824)</b>
Total do patrimônio líquido (B)	517.651	467.384
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (A/B)	(52%)	(9,6%)

## 8. Informações por segmento

A Companhia e sua controlada possuem quatro divisões estratégicas, que são suas unidades de negócios reportáveis: armazenagem, granéis, peças e serviços e exportação, as quais exigem diferentes estratégias operacionais.

### a) Informações das unidades de negócios

A receita líquida para cada grupo de segmento de negócio relevante está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Armazenagem	423.838	413.548
Granéis	41.321	35.621
Peças e serviços	100.291	72.108
Exportação	105.793	62.188
	<b>671.243</b>	<b>583.465</b>



**b) Informações sobre resultado operacional por unidade de negócio**

A Companhia e sua controladora monitoram separadamente os resultados operacionais dos segmentos de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é apresentado com base no lucro bruto, e os financiamentos das empresas (incluindo receitas e despesas de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito consolidado, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

	<b>Armazenagem</b>		<b>Granéis</b>		<b>Peças e serviços</b>		<b>Exportação</b>		<b>Consolidado Total</b>	
	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Receita Líquida	423.838	413.548	41.321	35.621	100.291	72.108	105.793	62.188	671.243	583.465
Custo produtos vendidos e serviços prestados	(336.606)	(322.145)	(34.879)	(23.973)	(69.467)	(47.584)	(67.774)	(44.568)	(508.726)	(438.271)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>87.232</b>	<b>91.403</b>	<b>6.442</b>	<b>11.648</b>	<b>30.824</b>	<b>24.524</b>	<b>38.019</b>	<b>17.620</b>	<b>162.517</b>	<b>145.194</b>
Despesas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.092)	(92.767)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	8.738	(4.901)
<b>Lucro (antes imposto sobre o lucro)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>89.163</b>	<b>47.526</b>

Os passivos e ativos operacionais são substancialmente os mesmos para todos os segmentos.

**c) Informações geográficas**

As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	<b>Armazenagem</b>		<b>Granéis</b>		<b>Peças e serviços</b>		<b>Exportação</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Mercado doméstico	423.838	413.548	41.321	35.621	94.946	68.298	-	-	-	-
América do Sul	-	-	-	-	4.957	3.271	100.350	2.952	-	-
Ásia	-	-	-	-	-	88	942	-	-	-
América Central	-	-	-	-	250	339	1.934	4.245	-	-
Europa	-	-	-	-	91	12	2.075	532	-	-
África	-	-	-	-	47	100	492	54.459	-	-
	<b>423.838</b>	<b>413.548</b>	<b>41.321</b>	<b>35.621</b>	<b>100.291</b>	<b>72.108</b>	<b>105.793</b>	<b>62.188</b>		

A Companhia e sua controlada não possuem receitas provenientes das transações com um único cliente externo que sejam superiores a 10% ou mais das receitas totais.

**9. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Caixa e bancos	3	1	8.254	16.120
Aplicações financeiras de liquidez imediata	12.489	6.434	252.122	22.323
	<b>12.492</b>	<b>6.435</b>	<b>260.376</b>	<b>38.443</b>





### Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como aplicações financeiras retidas, conforme mencionado abaixo:

### Aplicações financeiras de liquidez imediata

Modalidade	Taxa	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
CDB	2,0%	CDI	11	2	11	4
CDB	70,0%	CDI	7.594	5.617	20.723	20.690
CDB	94,0%	CDI	835	815	1.672	815
CDB	96,5%	CDI	-	-	11.001	-
CDB	97,0%	CDI	-	-	-	814
CDB	99,0%	CDI	-	-	10.001	-
CDB	99,50%	CDI	-	-	27.394	-
CDB	100%	CDI	-	-	43.989	-
CDB	100,06%	SELIC	-	-	2.012	-
CDB	101%	CDI	-	-	15.272	-
CDB	101,5%	CDI	4.049	-	29.304	-
CDB	102%	CDI	-	-	24.577	-
CDB	103%	CDI	-	-	36.102	-
CDB	104%	CDI	-	-	14.984	-
CDB	105%	CDI	-	-	13.060	-
CDB	108%	CDI	-	-	2.020	-
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa			<b>12.489</b>	<b>6.434</b>	<b>252.122</b>	<b>22.323</b>

### Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Modalidade	Taxa	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
CDB	105,6%	CDI	-	-	11.121	-
CDB	110%	CDI	-	-	5.002	-
CDB	115%	CDI	-	-	5.015	-
Aplicações financeiras de liquidez não imediata			-	-	<b>21.138</b>	-

### Aplicações financeiras retida

	Taxa		Controladora		Consolidado	
			Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Aplicações financeiras retidas	102,50%	CDI	-	5.759	-	5.759
			-	5.759	-	5.759

O saldo total de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas estão apresentadas a seguir:

### **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas**

Caixa e equivalentes de caixa  
Aplicações financeiras de liquidez não imediata  
Aplicações financeiras retidas

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Caixa e equivalentes de caixa	<b>12.492</b>	6.435	<b>260.376</b>	38.443
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	-	-	<b>21.138</b>	-
Aplicações financeiras retidas	-	5.759	-	5.759
	<b>12.492</b>	<b>12.194</b>	<b>281.514</b>	<b>44.202</b>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 7.



## 10. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia.

Estes investimentos referem-se a certificados de depósitos bancários com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, motivo pelo qual os rendimentos e variações foram integralmente registrados no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Circulante	Controladora			Dez/2020	Dez/2019
	Vencimento	Taxa			
BB CDI	(*)	De 96,73% a 97,57%	CDI	-	3.830
BBA CP ACTIVE FIX	(*)	132,67%	CDI	-	6.022
				-	9.852

  

Circulante	Consolidado			Dez/2020	Dez/2019
	Vencimento	Taxa			
BB CDI	(*)	De 96,73% a 97,57%	CDI	-	33.616
BBA CP ACTIVE FIX 5	(*)	132,67%	CDI	-	7.072
BNYM	(*)	De 95% a 98,73%	CDI	-	-
				-	40.688
Total				-	40.688

(\*) Tratam-se de aplicações financeiras sem vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

## 11. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Clientes a receber – mercado interno	83.364	66.473
Clientes a receber – mercado externo	1.995	1.085
	85.359	67.558
Provisão créditos para perdas esperadas – mercado interno	(357)	(1.057)
Provisão créditos para perdas esperadas – mercado externo	-	(427)
	85.002	66.074

A movimentação da provisão para perdas esperadas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Saldo no início do exercício	(1.484)	(1.133)
Adições	(730)	(1.027)
Baixas	-	675
Reversões	1.857	1
Saldo no final do exercício	(357)	(1.484)



Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Valores vencidos		
Até 30 dias	4.484	6.256
31 a 60 dias	3.715	2.991
61 a 90 dias	1.967	1.784
91 a 120 dias	1.696	2.297
121 a 150 dias	1.311	30
151 a 180 dias	1.426	65
mais de 181 dias	4.756	2.581
	<b>19.355</b>	<b>16.004</b>
A vencer		
Até 30 dias	19.833	13.559
31 a 60 dias	11.715	10.100
61 a 90 dias	8.466	9.539
91 a 120 dias	4.097	3.612
121 a 150 dias	1.099	4.549
151 a 180 dias	15.911	5.063
mais de 181 dias	4.883	5.132
	<b>66.004</b>	<b>51.554</b>
Provisão para créditos de perdas esperadas	<b>(357)</b>	<b>(1.484)</b>
	<b>85.002</b>	<b>66.074</b>

Do montante dos vencidos, 23% (R\$ 4.452 em 31 de dezembro de 2020) estão concentrados em dois clientes, estando estes valores vinculados a eventos físicos (estágio de montagem dos equipamentos).

## 12. Estoques

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a posição dos estoques é a seguinte:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Produtos acabados	19.787	21.884
Produtos em elaboração	43.498	43.310
Matérias-primas	76.125	57.495
Adiantamentos a fornecedores	11.368	748
Provisão para perdas e obsolescência	(3.250)	(3.515)
	<b>147.528</b>	<b>119.922</b>

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Saldo no início do período / exercício	(3.515)	(5.362)
Adições	(1.997)	(1.987)
Baixas	2.262	3.834
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(3.250)</b>	<b>(3.515)</b>





### 13. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
<b>Circulante</b>		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	8.393	4.500
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	6.599	5.786
PIS/COFINS a recuperar	1.592	979
REINTEGRA - Decreto 7633/11	28	373
Exclusão ICMS Base Cálculo PIS/COFINS	9.191	-
Outros	115	103
	<b>25.918</b>	<b>11.741</b>
	<b>Consolidado</b>	
	Dez/2020	Dez/2019
<b>Não circulante</b>		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	23.947	23.921
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.360	3.333
Exclusão ICMS Base Cálculo PIS/Cofins	23.000	-
	<b>48.307</b>	<b>27.254</b>

### 14. Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	76.207	37.373	89.163	47.526
Resultado da equivalência patrimonial	(75.901)	(34.180)	-	-
Subvenção Governamental	-	-	(16.372)	(16.289)
Juros sobre Capital Próprio	(8.000)	(4.000)	(8.000)	(4.000)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	1.083	304	1.934	3.188
Base de cálculo	(6.611)	(503)	66.725	30.425
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo alíquota efetiva	2.248	171	(22.687)	(10.345)
Reversão IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais	(10.200)	-	-	-
Outros	(605)	28	1.174	391
Imposto de renda e contribuição social	(8.557)	199	(21.513)	(9.954)
Alíquota fiscal efetiva	(11%)	(1%)	(24%)	(21%)
Corrente	-	(218)	(16.355)	(4.208)
Diferido	(8.557)	417	(5.158)	(5.746)

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que os saldos de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2020, serão absorvidos por lucros tributáveis, na Controladora em prazo estimado de 5 anos e na Controlada o prazo estimado é de 8 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Controladora				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2021	1.181	425	1.606	27,06%	9.830	3.539	13.369	10,16%
2022	911	328	1.239	20,88%	12.131	4.367	16.498	12,54%
2023	785	283	1.068	18,00%	13.884	4.998	18.882	14,35%
2024	883	318	1.201	20,24%	15.771	5.678	21.449	16,30%
2025	603	217	820	13,82%	17.473	6.290	23.763	18,06%
De 2026 a 2028	-	-	-	-	27.638	9.950	37.588	28,59%
	<b>4.363</b>	<b>1.571</b>	<b>5.934</b>	<b>100,00%</b>	<b>96.727</b>	<b>34.822</b>	<b>131.549</b>	<b>100,00%</b>

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e sua



controlada. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	Kepler Weber S.A		Kepler Weber Industrial S.A	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Prejuízo fiscal e base negativa	4.699	14.898	105.953	103.162
Diferenças temporárias	1.235	192	19.662	19.042
	<b>5.934</b>	<b>15.090</b>	<b>125.615</b>	<b>122.204</b>
<b>Passivo</b>				
Reserva de reavaliação a realizar	173	173	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	13.431	13.955	5.522	6.056
Depreciação fiscal x societário	953	950	13.663	13.050
IRPJ/CSLL s/Capitalização Juros	-	-	1.018	1.086
	<b>14.557</b>	<b>15.078</b>	<b>20.203</b>	<b>20.192</b>
Impostos diferidos líquidos	<b>(8.623)</b>	<b>12</b>	<b>105.412</b>	<b>102.012</b>

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Imposto diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	5.934	15.090	125.615	137.294
Compensação imposto diferido passivo	(5.934)	(15.078)	(20.203)	(35.270)
<b>Saldo imposto diferido ativo</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>105.412</b>	<b>102.024</b>

  

Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Imposto diferido passivo	14.557	15.078	14.557	35.270
Compensação imposto diferido passivo	(5.934)	(15.078)	(5.934)	(35.270)
<b>Saldo imposto diferido passivo</b>	<b>8.623</b>	<b>-</b>	<b>8.623</b>	<b>-</b>

Abaixo segue a composição das diferenças temporárias que foram incluídas na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora	Base de cálculo	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para contingências	162	55
Outras provisões	3.471	1.180
	<b>3.633</b>	<b>1.235</b>

  

Consolidado	Base de cálculo	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para perdas esperadas	357	121
Provisão para obsolescência de estoques	3.249	1.105
Provisão de comissões a pagar	6.685	2.273
Provisão de fretes a pagar	2.445	831
Provisão para contingências	16.375	5.568
Provisão Gratificação e PLR	9.257	3.147
Provisão de garantias e PCI	6.713	2.282
Diferimento da receita de montagem	10.596	3.603
Depreciação acelerada (*)	(949)	(237)
Outras provisões	6.483	2.204
	<b>61.211</b>	<b>20.897</b>

(\*) Depreciação acelerada para Imposto de Renda, conforme Decreto 7.854/2012.



(c) Composição e movimentação dos ativos e passivos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Ativo não circulante	Controladora					
	Saldo em Dez/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em Dez/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2020
Prejuízos fiscais	11.042	(118)	-	10.924	(7.500)	3.424
Base negativa de contribuição social	4.017	(43)	-	3.974	(2.700)	1.274
Outras diferenças temporárias	1.038	52	(898)	192	1.122	1.236
	16.097	(109)	(898)	15.090	(9.078)	5.934

Passivo não circulante	Controladora					
	Saldo em Dez/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em Dez/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2020
Ajuste avaliação patrimonial, variação vida útil X vida fiscal	(15.599)	526	(5)	(15.078)	521	(14.557)
	(15.599)	526	(5)	(15.078)	521	(14.557)

	Controladora		
	Saldo em Dez/2018	Saldo em Dez/2019	Saldo em Dez/2020
Ativo não circulante	16.097	15.090	5.934
Passivo não circulante	(15.599)	(15.078)	(14.557)
<b>Saldo líquido</b>	<b>498</b>	<b>12</b>	<b>(8.623)</b>

Ativo não circulante	Consolidado					
	Saldo em Dez/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em Dez/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2020
Prejuízos fiscais	88.734	(1.443)	-	87.291	(5.459)	81.832
Base negativa de contribuição social	31.310	(537)	-	30.773	(1.951)	28.822
Outras diferenças temporárias	24.775	(4.647)	(898)	19.230	1.743	20.895
	144.819	(6.627)	(898)	137.294	(5.667)	131.549

Passivo não circulante	Consolidado					
	Saldo em Dez/2018	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em Dez/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em Dez/2020
Ajuste avaliação patrimonial, variação vida útil X vida fiscal	(36.213)	881	62	(35.270)	510	(34.760)
	(36.213)	881	62	(35.270)	510	(34.760)

	Consolidado			
	Saldo em Dez/2019	Saldo em Dez/2020	Compensações	Saldo líquido em Dez/2020
Ativo não circulante	137.294	131.549	(26.137)	105.412
Passivo não circulante	(35.270)	(34.760)	26.137	(8.623)
<b>Saldo líquido</b>	<b>102.024</b>	<b>96.789</b>	<b>-</b>	<b>96.789</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 64.309 (R\$ 33.591 em 31 de dezembro de 2019), e R\$ 3.228 (R\$ 32.191 em 31 de dezembro de 2019) na controlada Kepler Weber Industrial S.A. que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, nos montantes de R\$ 21.865 e R\$ 1.001 respectivamente, pois não é possível assegurar neste momento, com razoável grau de certeza, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.





### 15. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial.

(a) Os investimentos na controlada apresentam os seguintes saldos:

Kepler Weber Industrial S.A.		
	Dez/2020	Dez/2019
Participação	100%	100%
Quantidade de ações ordinárias ou quotas	256.733.319	256.733.319
Ativos circulantes	537.514	268.224
Ativos não circulantes	346.795	331.807
Total de ativos	884.309	600.031
Passivos circulantes	387.486	170.918
Passivos não circulantes	23.756	28.740
Total de passivos	411.242	199.658
Patrimônio líquido	473.067	400.373
Receitas	671.243	583.465
Despesas	(595.342)	(549.285)
Lucro do período	75.901	34.180
Equivalência patrimonial	75.901	34.180

(b) Movimentação do investimento na controlada:

	Dez/2020	Dez/2019
Saldo inicial	400.373	365.426
Equivalência patrimonial sobre resultado	75.901	34.180
Dividendo mínimo obrigatório	(3.207)	-
Reversão da destinação de dividendo mínimo obrigatório	-	767
Saldo final	473.067	400.373

### 16. Propriedades para investimento

a) Composição de propriedades para investimento

			Controladora	
			Dez/2020	Dez/2019
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.		Custo	Depreciação
Terrenos	-		20.301	-
Prédios e benfeitorias	2%		59.594	(30.549)
Instalações	10%		3.855	(3.686)
			83.850	(34.235)
				Valor líquido
				11.497
				26.834
				213
				38.544

  

			Consolidado	
			Dez/2020	Dez/2019
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.		Custo	Depreciação
Terrenos	-		17.608	-
Prédios e benfeitorias	2%		13.545	(4.839)
			31.153	(4.839)
				Valor Líquido
				8.804
				4.835
				13.639



### b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Controladora						Valor líquido em Dez/2020
		Valor líquido em Dez/2018	Depreciação	Transferência	Valor líquido em Dez/2019	Depreciação	Transferência	
Terrenos	-	20.301	-	*(8.804)	11.497	-	**8.804	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	32.916	(1.936)	*(4.146)	26.834	(1.935)	**4.146	29.045
Instalações	10%	257	(44)	-	213	(44)	-	169
		<u>53.474</u>	<u>(1.980)</u>	<u>*(12.950)</u>	<u>38.544</u>	<u>(1.979)</u>	<u>**12.950</u>	<u>49.515</u>

(\*)Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 27 de junho de 2019 foi aprovada a proposta de venda de imóvel (terreno e edificações) da Kepler Weber S.A. registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Panambi-RS. Montante reclassificado para ativos não circulantes mantidos para venda.

(\*\*)Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reavaliou a reclassificação desses bens como Ativos não Circulantes mantidos para venda, e concluiu pela reclassificação para propriedade para investimento, conforme citado na nota explicativa nº 19.

Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Consolidado				
		Valor líquido em Dez/2018	Depreciação	Valor líquido em Dez/2019	Depreciação	Valor líquido em Dez/2020
Terrenos	-	8.804	-	8.804	-	17.608
Prédios e benfeitorias	2%	5.109	(274)	4.835	(275)	8.706
		<u>13.913</u>	<u>(274)</u>	<u>13.639</u>	<u>(275)</u>	<u>26.314</u>

### c) Movimentação da depreciação

Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Controladora			
		Valor Total Depreciação Dez/2018	Depreciação do período	Baixas	Valor Total Depreciação Dez/2019
Prédios e benfeitorias	2%	(26.679)	(1.936)	3.938	(24.677)
Instalações	10%	(3.598)	(44)	-	(3.642)
		<u>(30.277)</u>	<u>(1.980)</u>	<u>3.938</u>	<u>(28.319)</u>

Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Controladora			
		Valor Total Depreciação Dez/2019	Depreciação do período	Depreciação Bens disponível p/venda	Valor Total Depreciação Dez/2020
Prédios e benfeitorias	2%	(24.677)	(1.935)	(3.937)	(30.549)
Instalações	10%	(3.642)	(44)	-	(3.686)
		<u>(28.319)</u>	<u>(1.979)</u>	<u>(3.937)</u>	<u>(34.235)</u>

Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Consolidado		
		Valor Total Depreciação Dez/2018	Depreciação do período	Valor Total Depreciação Dez/2019
Prédios e benfeitorias	2%	(4.290)	(274)	(4.564)
		<u>(4.290)</u>	<u>(274)</u>	<u>(4.564)</u>

Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Consolidado		
		Valor Total Depreciação Dez/2019	Depreciação do período	Valor Total Depreciação Dez/2020
Prédios e benfeitorias	2%	(4.564)	(275)	(4.839)
		<u>(4.564)</u>	<u>(275)</u>	<u>(4.839)</u>



Na Controladora e no Consolidado as propriedades para investimento são constituída de um terreno de 26.174,72 m<sup>2</sup>, localizado na cidade de Panambi-RS, onde se encontram as seguintes edificações agrupadas:

- Prédio Comercial com área de 4.426,85 m<sup>2</sup>;
- Galpões da antiga fábrica com área de 13.048,00 m<sup>2</sup>;
- Prédio atualmente usado como Hotel com área de 377,00 m<sup>2</sup>; e
- Prédios Diversos com área de 3.060,50 m<sup>2</sup>.

As propriedades para investimento foram contabilizadas à custo e anualmente, a Administração efetua a avaliação do seu valor justo. As mesmas não estão sendo utilizadas nas atividades operacionais da Companhia, sendo mantidas para auferir aluguel ou para valorização de capital.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, contratados pela Administração, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que esta sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data fim de exercício. Para o exercício corrente o valor justo não difere significativamente do valor contábil (R\$ 14.506). Para realização da mensuração do valor justo foram utilizadas as seguintes metodologias:

i. *Área:*

Na avaliação de áreas urbanas é adotado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado. Este método é aquele onde o valor de mercado do bem é identificado por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis constituintes da amostra. Para tanto, procede-se a uma pesquisa, coletando-se em fontes como cartórios de registro de imóveis, imobiliárias, corretoras de imóveis e proprietários, valores de imóveis com características semelhantes ao avaliando. Os valores obtidos são, então, homogeneizados através da aplicação de fatores que permitiram corrigir as diferenças entre o imóvel avaliando e os pesquisados, onde são considerados os fatores de oferta, transposição, área e outros quando pertinentes.

ii. *Edificações e Benfeitorias:*

Para as edificações foi adotado o Método da Quantificação de Custo. Para determinar o valor unitário de uma construção nova são utilizados os dados constantes das últimas publicações do Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON, e informações obtidas junto a empresas de construção civil e de montagem industrial. Sobre o valor obtido, aplica-se a depreciação decorrente da idade física e de suas características funcionais, utilizando-se a tabela de Ross - Heidecke.

Os dados do Sinduscon não incluem dados como: “fundações, submuramentos, paredes-diafragma, tirantes, rebaixamento de lençol condicionado, calefação, ventilação e exaustão, outros; playground (quando não classificado como área construída); obras e serviços complementares; urbanização, recreação (piscinas, campos de esporte), ajardinamento, instalação e regulamentação do condomínio; e outros serviços; impostos, taxas e emolumentos cartoriais, projetos: projetos arquitetônicos, projeto estrutural, projeto de instalação, projetos especiais; remuneração do construtor; remuneração do incorporador.” Assim, considerou-se um BDI de 15% para compensar tais itens. Considerou-se uma vida útil de 50 anos para as edificações.





**17. Imobilizado**
**a) Composição do ativo imobilizado**

			Controladora			
			Dez/2020		Dez/2019	
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%		1	(1)	-	-
Móveis e utensílios	10%		240	(182)	58	73
Equipamentos de informática	20%		443	(443)	-	-
			<b>684</b>	<b>(626)</b>	<b>58</b>	<b>73</b>

  

			Consolidado			
			Dez/2020		Dez/2019	
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor líquido
Terrenos	-		2.968	-	2.968	2.968
Prédios e benfeitorias	2%		99.673	(54.042)	45.631	48.972
Instalações	10%		28.338	(20.934)	7.404	8.156
Máquinas e equipamentos	7%		227.333	(127.964)	99.369	106.943
Móveis e utensílios	10%		7.330	(5.722)	1.608	2.131
Veículos	18%		224	(224)	-	-
Equipamentos de informática	21%		15.487	(13.304)	2.183	3.219
Arrendamentos	20%		396	(396)	-	53
Imobilizações em andamento	-		8.802	-	8.802	5.507
Adiantamentos a fornecedores	-		1.640	-	1.640	291
			<b>392.191</b>	<b>(222.586)</b>	<b>169.605</b>	<b>178.240</b>

**b) Movimentação do custo e depreciação**

			Controladora				
Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.		Valor Líquido Dez/2018	Depreciação	Valor Líquido Dez/2019	Depreciação	Valor Líquido Dez/2020
Móveis e utensílios	10%		88	(15)	73	(15)	58
Equipamentos de informática	20%		21	(21)	-	-	-
			109	(36)	73	(15)	58

  

						Consolidado
Itens	Valor líquido em Dez/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Valor líquido em Dez/2019
Terrenos	11.772	-	-	-	*(8.804)	2.968
Prédios e benfeitorias	57.073	-	-	(3.955)	*(4.146)	48.972
Instalações	8.352	-	(215)	(1.403)	1.422	8.156
Máquinas e equipamentos	118.052	-	(3.359)	(11.826)	4.076	106.943
Móveis e utensílios	2.660	-	(1)	(530)	2	2.131
Equipamentos de informática	3.081	-	-	(1.537)	1.675	3.219
Arrendamentos	132	-	-	(79)	-	53
Imobilizações em andamento	6.122	6.724	(297)	-	(7.042)	5.507
Adiantamentos a fornecedores	44	291	(44)	-	-	291
	207.288	7.015	(3.916)	(19.330)	(12.817)	178.240



						Consolidado
Itens	Valor residual líquido em Dez/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido em Dez/2020
Terrenos	2.968	-	-	-	-	2.968
Prédios e benfeitorias	48.972	-	-	(3.964)	623	45.631
Instalações	8.156	-	-	(1.460)	708	7.404
Máquinas e equipamentos	106.943	-	(46)	(9.915)	2.387	99.369
Móveis e utensílios	2.131	-	-	(523)	-	1.608
Equipamentos de informática	3.219	-	-	(1.058)	22	2.183
Arrendamentos	53	-	-	(53)	-	-
Imobilizações em andamento	5.507	7.239	(122)	-	(3.822)	8.802
Adiantamentos a fornecedores	291	1.640	(291)	-	-	1.640
	178.240	8.879	(459)	(16.973)	(82)	169.605

c) Movimentação depreciação

				Controladora
Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Valor Total Depreciação Dez/2018	Depreciação do período	Valor Total Depreciação Dez/2019
Máquinas e equipamentos	10%	(1)	-	(1)
Móveis e utensílios	10%	(152)	(15)	(167)
Equipamentos de informática	20%	(423)	(21)	(444)
		(576)	(36)	(612)

				Controladora
Itens	Taxa de depreciação média vida útil % a.a.	Valor Total Depreciação Dez/2019	Depreciação do período	Valor Total Depreciação Dez/2020
Máquinas e equipamentos	10%	(1)	-	-
Móveis e utensílios	10%	(167)	(15)	(182)
Equipamentos de informática	20%	(444)	-	(444)
		(612)	(15)	(626)

				Consolidado
Itens	Valor Total Depreciação em Dez/2018	Depreciação do período	Baixas	Valor Total Depreciação em Dez/2019
Prédios e benfeitorias	(46.126)	(3.952)	-	(50.078)
Instalações	(22.835)	(1.254)	4.614	(19.475)
Máquinas e equipamentos	(125.784)	(12.229)	19.577	(118.436)
Móveis e utensílios	(5.857)	(529)	825	(5.561)
Veículos	(224)	-	-	(224)
Equipamentos de informática	(12.821)	(1.718)	2.105	(12.434)
Arrendamentos	(264)	(79)	-	(343)
	(213.911)	(19.761)	27.121	(206.551)

				Consolidado
Itens	Valor Total Depreciação em Dez/2019	Depreciação do período	Baixas	Valor Total Depreciação em Dez/2020
Terrenos	-	-	-	-
Prédios e benfeitorias	(50.078)	(3.964)	-	(54.042)
Instalações	(19.475)	(1.460)	1	(20.934)
Máquinas e equipamentos	(118.436)	(9.915)	387	(127.964)
Veículos	(224)	-	-	(224)
Móveis e utensílios	(5.561)	(523)	362	(5.722)
Equipamentos de informática	(12.434)	(1.058)	188	(13.304)
Arrendamentos	(343)	(53)	-	(396)
	(206.551)	(16.973)	938	(222.586)



**d) Garantia**

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 11.972. Em 31 de dezembro de 2020 não existem mais bens em garantia de financiamentos e empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2020, não foi identificado nenhum indicador de *impairment* para o ativo imobilizado da Companhia.

**18. Intangível**
**a) Composição do intangível**

Itens	Taxa de amortização % a.a.	Controladora		
		Dez/2020		Dez/2019
		Custo	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		1.280	1.280	1.280
		1.280	1.280	1.280

  

Itens	Taxa de amortização % a.a.	Consolidado			
		Dez/2020			Dez/2019
		Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
Desenvolvimento de produtos	20%	3.033	(1.691)	1.342	1.091
Marcas e patentes	-	1.582	-	1.582	1.282
Softwares e licenças	20%	75.713	(45.663)	30.050	34.451
Intangível em andamento	-	5.160	-	5.160	4.789
		85.488	(47.354)	38.134	41.613

**b) Movimentação do custo e amortização**

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

Itens	Consolidado					
	Valor residual líquido em Dez/2018	Adições	Baixas	Amortização	Capitalização	Transferências
Desenvolvimento de produtos	1.487	-	-	(412)	-	16
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	-	-
Software e licenças	33.529	-	(906)	(7.020)	-	8.848
Intangível em andamento	8.504	5.776	(520)	-	26	(8.997)
	44.802	5.776	(1.426)	(7.432)	26	(133)

Itens	Consolidado					
	Valor residual líquido em Dez/2019	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Valor residual líquido em Dez/2020
Desenvolvimento de produtos	1.091	-	-	(349)	600	1.342
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	300	1.582
Software e licenças	34.451	-	-	(6.537)	2.136	30.050
Intangível em andamento	4.789	3.325	(405)	-	(2.954)	5.160
	41.613	3.325	(405)	(6.886)	82	38.134





**c) Movimentação amortização**

Itens	Valor Total	Amortização	Baixas	Consolidado
	Amortização em Dez/2018	do período		Valor Total Amortização em Dez/2019
Desenvolvimento de produtos	(932)	(412)	-	(1.344)
Software e licenças	(32.993)	(7.020)	886	(39.127)
	<u>(33.925)</u>	<u>(7.432)</u>	<u>886</u>	<u>(40.471)</u>

  

Itens	Valor Total	Amortização	Baixas	Consolidado
	Amortização em Dez/2019	do período		Valor Total Amortização em Dez/2020
Desenvolvimento de produtos	(1.344)	(349)	2	(1.691)
Software e licenças	(39.127)	(6.537)	1	(45.663)
	<u>(40.471)</u>	<u>(6.886)</u>	<u>3</u>	<u>(47.354)</u>

Principais ativos intangíveis da Companhia:

Softwares e licenças que estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu “go live” em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores relacionados ao “intangível em andamento” correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação e a desenvolvimento de novos produtos.

Em 31 de dezembro de 2020, não foi identificado nenhum indicador de impairment para nenhum dos intangíveis da Companhia.

## 19. Ativos não circulantes mantidos para venda

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 27 de junho de 2019 foi aprovada a proposta de venda de imóvel (terreno e edificações) da Kepler Weber S.A. registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Panambi-RS. Estes ativos compõem o montante de R\$ 12.950 em 31 de dezembro de 2020. Seguem abaixo a abertura dos referidos saldos:

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reavaliou a reclassificação desses bens mantidos como Ativos não circulantes mantidos para venda, e concluiu que, como os bens não atendem a todos os requisitos da norma em questão para que fossem mantidos neste grupo de apresentação, os mesmos foram reclassificados como propriedade para investimento (nota explicativa nº16).

	Dez/2020	Dez/2019
Terrenos	-	8.804
Prédios e benfeitorias	-	4.146
	<u>-</u>	<u>12.950</u>



## 20. Financiamentos e empréstimos

Itens	Vencimentos	Encargos	Consolidado			
			Dez/2020		Dez/2019	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Moeda nacional</b>						
FINEP (projetos de novos produtos)	Outubro 2022	4,00% a.a.	<b>5.993</b>	<b>4.978</b>	7.173	10.951
FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) (*)	Outubro 2024	3,50% a 9,5%a.a.	-	-	1.892	4.763
Capital de Giro	Março/2020	7,9% a.a.	-	-	15.287	-
			<b>5.993</b>	<b>4.978</b>	<b>24.352</b>	<b>15.714</b>

(\*) As aquisições de máquinas e equipamentos pela modalidade de empréstimo FINAME, são dados em garantia até a liquidação destes empréstimos.

A Companhia e sua controlada demonstram a seguir a movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Itens	Saldo em Dez/2018	Alterações Caixa				Consolidado	
		Recebidos de atividades de financiamento	(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Alterações não caixa		Saldo em Dez/2019
					Provisão de juros		
Financiamentos e empréstimos	65.522	11.000	(35.953)	(4.516)	4.013		<b>40.066</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(4.000)	4.000		-
	<b>65.522</b>	<b>11.000</b>	<b>(35.953)</b>	<b>(8.516)</b>	<b>8.013</b>		<b>40.066</b>

							Consolidado
	Saldo em		Alterações Caixa		Alterações não caixa		
	Dez/2019	Recebidos de atividades de financiamento	(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros	Provisão de juros	Aquisição de direito de uso	Saldo em Dez/2020
Financiamentos e empréstimos	40.066	29.696	(56.751)	(2059)	19	-	10.971
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.000)	8.000	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	6.388	-	(6.388)	-	-	-	-
Arrendamentos financeiros	2.803	-	(4.063)	-	-	7.485	6.225
	49.257	29.696	(67.202)	(10.059)	8.019	7.485	17.196

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de Vencimento	Consolidado
	Dez/2020
	<b>4.978</b>
2022	<b>4.978</b>

## 21. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### Plano de previdência

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$ 1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do período, no grupo de “despesas administrativas e gerais”, estão apresentados abaixo:



Os valores de contribuições reconhecidas estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
<b>Acordo de pagamento baseado em ações (nota explicativa 22)</b>	<b>141</b>	<b>-</b>
Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência	161	170
	<b>302</b>	<b>170</b>

## 22. Acordos de pagamento baseado em ações

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 09 de outubro de 2020 foi aprovada 1º Programa de Outorga de Ações Restritas. Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14 de outubro de 2020 foi aprovado o total de opções objeto da primeira outorga de Ações Restritas, definindo um total de 47.277 ações, subdivididas em dois lotes: Plano de Ações Restritas de Curto Prazo composto por 22.133 ações e 25.144 para o Plano de Ações Restritas de Performance de Longo Prazo.

O Plano de outorga de ações restritas tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, tenham o direito concedido ao recebimento de ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

### a) Ações Restritas de Curto Prazo

As ações do Lote de Curto Prazo estarão aptas a serem transferidas ao Participante considerando o período de apuração que se inicia a partir da Data da Outorga em 15 de outubro de 2020 e se encerra em 30 de abril de 2023, sendo dividido em 3 (três) lotes de igual quantidade, cada qual equivalente a 1/3 (um terço) do total das Ações Restritas de Curto Prazo. O prazo de cada um dos 3 (três) sublotes de Curto Prazo se encerrará em 30 de abril de 2021, 30 de abril de 2022 e 30 de abril de 2023 (cada uma dessas datas é uma “Data de Vesting”).

As Ações Restritas atreladas ao Lote de Curto Prazo somente serão transferíveis ao Participante em caso (i) de permanência contínua do vínculo de trabalho do Participante com a Companhia pelo período compreendido entre a Data de Outorga e cada uma das Datas de Vesting, (ii) de atingimento do Gatilho Inicial das Ações Restritas de Curto Prazo e, na medida proporcional ao alcance da meta de liberação integral.

O custo de transações com executivos elegíveis é liquidado com instrumentos patrimoniais, sendo mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão entregues aos autorgados.

O Plano de outorga de ações restritas permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das ações ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de Ações Restritas de Curto Prazo, considerando os prazos de





vigência, o valor justo das ações e suas premissas, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga Outubro/2020		
	I	II	III
Sublotes			
Prazo de carência a partir da outorga	30/04/2021	30/04/2022	30/04/2023
Quantidade de ações	7.378	7.378	7.377
Valor justo por opção - (R\$)	38,95	38,95	38,95
Volatilidade do preço da ação	32,87%	32,87%	32,87%

### b) Ações Restritas de Performance de Longo Prazo

As ações do Lote de Longo Prazo estarão aptas a serem transferidas ao Participante considerando o período de apuração que se inicia a partir da Data da Outorga em 15 de outubro de 2020 e se encerra em 30 de abril de 2023, em 1 (um) lote, observado que a determinação do número de ações exatas a serem transferidas ao Participante será calculado conforme a verificação do atingimento das metas de performance estabelecidas no Contrato de Outorga.

As Ações Restritas atreladas ao Lote Performance de Longo Prazo somente serão transferíveis ao Participante em caso de atingimento do Gatilho Inicial e, na medida proporcional ao alcance da meta de Liberação Integral.

O custo de transações com executivos elegíveis é liquidado com instrumentos patrimoniais, sendo mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão entregues aos autorgados.

O Plano de outorga de Ações Restritas de Performance de Longo Prazo permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das ações ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de Ações Restritas de Performance de Longo Prazo, considerando os prazos de vigência, o valor justo das ações e suas premissas, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga Outubro/2020
	I
Lote	
Prazo de carência a partir da outorga	30/04/2023
Quantidade de ações	25.144
Valor justo na data da outorga - (R\$)	38,95
Preço inicial para cálculo de meta	41,98
Volatilidade do preço da ação	32,87%
Taxa de juro livre de risco	5,01%

O valor justo dos direitos do plano de compra de ações foi avaliado com base no modelo de Monte Carlo. A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.



Em 31 de dezembro de 2020 o valor total de R\$ 141 foi reconhecido como reserva no Patrimônio Líquido e em contra partida uma despesa no resultado.

## 23. Partes relacionadas

Controladora				
Ativo	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)	Dez/2020	Dez/2019
Depósitos Bancários	-	2	2	-
Aplicações financeiras	-	835	835	815
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.830
Aluguel	773	-	773	1.113
Royalties	800	-	800	486
Dividendos a receber	3.207	-	3.207	-
	<b>4.780</b>	<b>837</b>	<b>5.617</b>	<b>6.244</b>

  

Consolidado			
Ativo	Banco do Brasil S.A. (*)	Dez/2020	Dez/2019
Depósitos Bancários	110	110	2
Aplicações financeiras	12.660	12.660	1.629
Títulos e valores mobiliários	-	-	33.616
	<b>12.770</b>	<b>12.770</b>	<b>35.247</b>

  

Consolidado			
Passivo	Banco do Brasil S.A. (*)	Dez/2020	Dez/2019
Empréstimos bancários	-	-	10.652
	-	-	10.652

(\*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia.

Os royalties e aluguéis estão apresentados na rubrica de “Partes relacionadas”.

A Controladora possui uma aplicação financeira retida (R\$ 5.759 em 31 de dezembro de 2019) que serve como garantia de empréstimo na Controlada (R\$ 5.512 em 31 de dezembro 2019). Em 31 de dezembro de 2020 não existe mais aplicação financeira retida, pois o empréstimo foi liquidado no exercício de 2020.

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Controladora					
Resultado	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)	Diretores e Conselho de Administração	Dez/2020	Dez/2019
Outras receitas (aluguéis)	6.625	-	-	6.625	5.808
Outras receitas (royalties)	6.670	-	-	6.670	5.711
Receitas aplicações financeiras e títulos valores mobiliários	-	82	-	82	208
Honorários e benefícios da administração	-	-	(3.107)	(3.107)	(3.356)

  

Consolidado				
Resultado	Banco do Brasil S.A. (*)	Diretores e Conselho de Administração	Dez/2020	Dez/2019
Receitas aplicações financeiras e títulos valores mobiliários	340	-	340	1.214
Honorários da administração	-	(3.107)	(3.107)	(3.356)
Despesas financeiras	(3.749)	-	(3.749)	(3.647)

- a) A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de setembro de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A..



- b) Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2025.
- c) As operações realizadas com o acionista BB Banco de Investimento S.A. consideram condições usuais de mercado.

Os contratos de aluguel e pagamento de *royalties* foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados. Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

## 24. Remuneração da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária e extraordinária (AGO/E) realizada em 16 de abril de 2020 foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 4.935 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2020 a abril de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Honorários e gratificações	2.977	3.218	2.977	3.218
Benefícios diretos e indiretos	130	138	130	138
	<b>3.107</b>	<b>3.356</b>	<b>3.107</b>	<b>3.356</b>

### Plano de Opções de Compra de Ações

O custo de transações com funcionários liquidado com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções foi de 87.019 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções foi de 150.257 opções.

As ações iniciais adquiridas estão sujeitas a um período de *lock-up* de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia. Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos





termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções.

O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele. A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

		<b>1ª Outorga Jul/2014</b>	
		I	II
Lote			
Prazo de carência a partir da outorga		03/07/2017	04/07/2017
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário		68.726	18.293
Preço de exercício - (R\$)		39,35	39,35
Valor justo por opção - (R\$)		21,32	21,61
Volatilidade do preço da ação		33,79%	33,79%
Taxa de juro livre de risco		11,89%	11,89%

  

		<b>2ª Outorga Jul/2015</b>		
		I	II	III
Lote				
Prazo de carência a partir da outorga		06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018
Quantidade de ações		105.815	27.920	16.522
Preço de exercício - (R\$)		27,65	27,65	27,65
Valor justo por opção - (R\$)		13,86	13,97	14,06
Volatilidade do preço da ação		38,70%	38,70%	37,70%
Taxa de juro livre de risco		12,62%	12,62%	12,62%

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial. A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	<b>2ª Outorga</b>
Saldo em 31/12/2019	16.522
Exercício das opções	(16.522)
Saldo em 31/12/2020	-

## 25. Fornecedores

A rubrica de fornecedores demonstra as obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia. Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de matéria prima, uso e consumo, mercadorias e de ativo imobilizado e intangíveis, além das obrigações com serviços tomados.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>	<b>Dez/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Fornecedores mercado externo	-	-	1.021	874
Fornecedores mercado interno	135	45	74.176	52.778
	<b>135</b>	<b>45</b>	<b>75.197</b>	<b>53.652</b>



## 26. Adiantamento de clientes

A Companhia e sua controlada entendem que devem ser classificados como adiantamentos de clientes, os recebimentos efetuados de forma antecipada pelos clientes. Eles ocorrem por conta de uma garantia para produção de bens e serviços futuros. Esses adiantamentos são classificados no passivo circulante pois possuem prazo máximo de giro/baixa de 180 dias.

Adiantamento de clientes	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
	254.527	49.997
	<b>254.527</b>	<b>49.997</b>

## 27. Impostos a recolher

### Circulante

ICMS a pagar  
PIS/COFINS a pagar  
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09  
Imposto de Renda e Contribuição Social  
Outros

Controladora		Consolidado	
Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
-	-	520	282
142	86	142	1.081
727	717	727	717
17	3	236	273
4	4	440	306
<b>890</b>	<b>810</b>	<b>2.065</b>	<b>2.659</b>

### Não circulante

Parcelamento IOF - Lei 11.941/09

Controladora		Consolidado	
Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
2.061	2.750	2.061	2.750
<b>2.061</b>	<b>2.750</b>	<b>2.061</b>	<b>2.750</b>

Em 3 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em setembro de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes ao parcelamento.

## 28. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Itens	Controladora	
	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
	Dez/2020	Dez/2019
Trabalhistas	35	150
Tributárias e previdenciárias	127	126
	<b>162</b>	<b>276</b>



Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Controladora		
	Dez/2019	Adição	Baixa/Reversão de provisão
Trabalhistas	150	4	(118)
Tributárias e previdenciárias	126	-	-
	276	4	(118)

Itens	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Trabalhistas	3.341	5.005
Tributárias e previdenciárias	218	217
Cíveis	12.816	6.482
	16.375	11.704

Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Consolidado			
	Dez/2019	Adição de provisão	Baixa	Reversão de provisão
Trabalhistas	5.005	756	(1.901)	(518)
Tributárias e previdenciárias	217	-	-	-
Cíveis	6.482	7.189	(855)	-
	11.704	7.945	(2.756)	(518)

As adições nas provisões com risco de perda provável se referem, principalmente à três processos, relacionados a causas cíveis os quais tiveram decisão desfavorável em primeira instância. O incremento no valor das contingências relacionado a esses três processos representa substancialmente o valor total das adições nas provisões.

Processos trabalhistas e previdenciários: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Processos tributários: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

Passivos contingentes: a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Dentre estes processos destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S/A sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 51.156 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal, R\$ 12.263 à multa, R\$ 18.454 aos juros. Em abril de 2019 foi publicado o acórdão do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, que julgou procedente o Auto de Lançamento e intimou a Companhia ao pagamento do débito. A Companhia e sua controlada ajuizaram Ação Ordinária, que tramita na 6ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre/RS, visando a garantia/caução dos débitos mediante Seguro Judicial no valor total de R\$ 63.590, o qual garante 124% do valor do débito atualizado na data da contratação do seguro judicial, cumulada com medida de tutela cautelar antecipatória que restou concedida, permitindo à empresa a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição do débito em qualquer órgão de restrição de crédito, bem como a desconstituição do auto de infração, que aguarda julgamento.





O Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 49.089, a qual tramita na 1ª Vara Judicial de Panambi/RS, visando a cobrança do mesmo débito garantido, na qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão do feito executório até o julgamento da Ação Ordinária. Os advogados classificaram como possível o risco de perda.

Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Controladora		
Tipo de processo	Dez/2020	Dez/2019
Tributárias	18.057	18.068
	<b>18.057</b>	<b>18.068</b>

  

Consolidado		
Tipo de processo	Dez/2020	Dez/2019
Trabalhistas	2.466	2.034
Tributárias	73.696	67.398
Cíveis	3.300	5.512
	<b>79.462</b>	<b>74.944</b>

Créditos fiscais reconhecidos: A Controlada da Companhia ajuizou em 14 de março de 2017 Medida Judicial pleiteando a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A sentença de primeira instância foi proferida em 25 de julho de 2017, concedendo o direito para que pudesse excluir de suas operações futuras o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tendo por base esta sentença a Controlada da Companhia passou a não mais oferecer a base de tributação das contribuições ao PIS/COFINS os valores de ICMS apurados a partir de agosto de 2017. Essa exclusão refletiu no não recolhimento do PIS e da COFINS no montante total de R\$ 9.753 até 30 de junho de 2020. Em 13 de setembro de 2017, a União interpôs Recurso de Apelação, o qual restou desprovido. Diante da decisão, a União opôs Embargos de Declaração. Em 21 de março de 2019, foi proferido Acórdão corrigindo o erro material no voto em relação à compensação para constar que a compensação deverá ocorrer entre quaisquer tributos administrados pela Receita Federal. Em 16 de maio de 2019, a União interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Em 11 de junho de 2019, foram proferidas decisões que inadmitiu o Recurso Especial da União, bem como negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Em 13 de junho de 2019, a União interpôs Agravo de Denegatória de Recurso Especial. Em 12 de agosto de 2019 sobreveio decisão negando provimento ao Agravo de Denegatória de Recurso Especial. Em 15 de agosto de 2019, a União Federal interpôs Agravo Interno, o qual teve provimento negado em 24 de setembro de 2019. Em 10 de outubro de 2019, em face do acórdão que negou provimento ao agravo interno, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram desacolhidos em 07 de novembro de 2019. Em 16 de dezembro de 2019 a União Federal ingressou com Recurso Extraordinário perante o Superior Tribunal de Justiça contra o acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração da União Federal. Em 26 de fevereiro de 2020, foi negado seguimento ao Recurso Extraordinário da União. Em 05 de junho de 2020 a decisão transitou em julgado, com decisão favorável a Companhia.

Para os períodos anteriores à data do ajuizamento da medida judicial supra mencionada, e não prescritos, a Controlada apresentou à Receita Federal do Brasil pedido de Habilitação de Crédito, no valor de R\$ 33.033, onde, R\$ 22.651 refere-se ao valor principal, R\$ 10.382 à atualização monetária (SELIC) para aproveitamento do crédito tributário por meio compensação com outros tributos federais, recebendo deferimento para o pedido de habilitação em 03 de agosto de 2020.

Os valores apurados pela Companhia foram registrados com base na melhor informação disponível, considerando as regras da legislação fiscal, a Administração entende nesse



momento que, mesmo sem a divulgação da modulação dos efeitos por parte do fisco, o risco de alguma glosa por parte dele é remota.

## 29. Instrumentos financeiros

### a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora					
		Dez/2020			Dez/2019		
	Nota	VJR(*)	Custo amortizado	Total	VJR(*)	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	9	12.492	-	12.492	6.435	-	6.435
Aplicações financeiras retidas	9	-	-	-	-	5.759	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	10	-	-	-	9.852	-	9.852
<b>Passivos</b>							
Fornecedores		-	(135)	(135)	-	(45)	(45)
Financiamentos de Arrendamento	6	-	(101)	(101)	-	-	-
		<b>12.492</b>	<b>(236)</b>	<b>12.458</b>	<b>16.287</b>	<b>5.714</b>	<b>22.001</b>

  

		Consolidado					
		Dez/2020			Dez/2019		
	Nota	VJR(*)	Custo amortizado	Total	VJR(*)	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	9	260.376	-	260.376	38.443	-	38.443
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	9	21.138	-	21.138	-	-	-
Aplicações financeiras retidas	9	-	-	-	5.759	-	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	10	-	-	-	40.688	-	40.688
Contas a receber clientes	11	-	85.002	85.002	-	66.074	66.074
<b>Passivos</b>							
Financiamentos e empréstimos	20	-	(10.971)	(10.971)	-	(40.066)	(40.066)
Financiamentos de Arrendamento	6	(6.225)	-	(6.225)	(2.803)	-	(2.803)
Fornecedores		-	(75.197)	(75.197)	-	(53.652)	(53.652)
		<b>275.289</b>	<b>(1.166)</b>	<b>274.123</b>	<b>82.087</b>	<b>(27.644)</b>	<b>54.443</b>

(\*) Valor justo por meio do resultado.

### b) Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Hierarquia	Valor contábil Dez/2020	Valor justo Dez/2020	Valor contábil Dez/2019	Valor justo Dez/2019
<b>Controladora</b>					
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	(2)	12.492	12.492	6.435	6.435
Aplicações financeiras retidas – circulante	(2)	-	-	5.759	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	(2)	-	-	9.952	9.852
		<b>12.492</b>	<b>12.492</b>	<b>22.046</b>	<b>22.046</b>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Fornecedores		(135)	(135)	(45)	(45)
		<b>(135)</b>	<b>(135)</b>	<b>(45)</b>	<b>(45)</b>



Consolidado	Hierarquia	Valor contábil Dez/2020	Valor justo Dez/2020	Valor contábil Dez/2019	Valor justo Dez/2019
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	(2)	260.376	260.376	38.443	38.443
Aplicações financeiras de liquidez não imediata	(2)	21.138	21.138	-	-
Aplicações financeiras retidas - circulante	(2)	-	-	5.759	5.759
Títulos e valores mobiliários – circulante	(2)	-	-	40.688	40.688
Contas a receber clientes		85.002	85.002	66.074	66.074
		<u>366.516</u>	<u>366.516</u>	<u>150.964</u>	<u>150.964</u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Financiamentos e empréstimos	(2)	(10.971)	(10.952)	(40.066)	(40.283)
Financiamentos de Arrendamento	(2)	(6.225)	(6.225)	(2.803)	(2.803)
Fornecedores		(75.197)	(75.197)	(53.652)	(53.652)
		<u>(92.393)</u>	<u>(92.374)</u>	<u>(96.521)</u>	<u>(96.738)</u>

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

*Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas:* as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

*Contas a receber e fornecedores:* a Companhia e sua controlada avaliaram que o valor justo das contas a receber de clientes e partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente por conta dos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

*Títulos e valores mobiliários:* o valor justo é baseado nas posições do fundo exclusivo que é marcado a mercado conforme informações da instituição financeira.

*Financiamentos e empréstimos:* o valor justo se aproxima em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis (Nota explicativa nº 20).

### Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.





**30. Patrimônio líquido (Controladora)**a) Reservas de capitali. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social é representado por 26.311.971 (vinte e seis milhões, trezentas e onze mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 234.322.

ii. Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

iii. Reserva de bônus de subscrição das debêntures

Refere-se ao direito conferido ao subscritor de cada debênture de um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007") com direito de subscrever uma quantia fixa de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus. Os Bônus 2007 extinguiram-se em 16 de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 circulavam zero bônus 2007 (31 de dezembro de 2019, 772 Bônus 2007).

iv. Bônus de subscrição 2014

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição ("Bônus 2014"), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento ou mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um. Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias.

Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15 de junho de 2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular.

v. Reserva pagamento baseado em ações

Refere-se primeira outorga de Ações Restritas, aprovado em reunião da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 09 de outubro de 2020. Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14 de outubro de 2020 foi aprovado o total de opções objeto da primeira outorga de Ações Restritas. Em 31 de dezembro de 2020 foi contabilizado R\$ 141 (31 de dezembro 2019 o valor é zero)



**b) Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste, principalmente por depreciação dos itens não mensurados em 1º de janeiro de 2009, resultando em saldo de R\$ 36.799 em 31 de dezembro de 2020.

**c) Reservas de reavaliação**

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

**d) Reservas de lucros**

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

**i. Reserva Legal**

Refere-se a constituição da reserva legal, conforme Lei 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 17.290 (31 de dezembro de 2019 R\$ 13.907).

**ii. Reserva de incentivo fiscal reflexa**

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Weber Industrial S.A., a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 57.257 (nota explicativa nº 37).

**iii. Reserva para investimentos e capital de giro**

Refere-se a Reserva de Investimento e Capital de Giro, conforme Estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 106.924 (31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 64.209).

**iv. Dividendos**

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 9.165 (31 de dezembro de 2019 R\$ 6.388).

Em 28 de agosto de 2020 a Companhia distribuiu aos acionistas dividendos no montante de R\$ 6.388, referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro 2019 e o montante de R\$ 8.000, em 20 de novembro de 2020, referente



antecipação de dividendos via juros sobre capital próprio do exercício findo 31 de dezembro de 2020.

Sobre o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

### Demonstração do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	Dez/2020	Dez/2019
Resultado do exercício	67.650	37.572
(-) Reserva legal	(3.383)	(1.879)
(+) Realização de reserva de reavaliação	-	-
(+) Realização de ajustes de avaliação	2.047	2.884
(+) Realização plano de opções de compra de ações	(128)	1.757
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	66.186	40.334
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	16.547	10.084
(-) Juros sobre Capital Próprio	(8.000)	(4.000)
(+) IRRF sobre Juros sobre Capital próprio	618	304
Dividendos mínimos a distribuir	9.165	6.388
Dividendos totais por ação do capital (em R\$)	0,628856	0,383232

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 24 de março de 2021, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 16.237 (R\$ 0,6171 por ação ordinária), sujeito à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

## 31. Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Receita bruta fiscal	783.958	684.101
Impostos sobre vendas	(108.444)	(98.264)
Devoluções e abatimentos	(4.271)	(2.372)
	671.243	583.465

  

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Venda de produtos	624.941	528.171
Prestações de serviços	46.302	55.294
	671.243	583.465

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição da receita de contratos com clientes conciliada com os segmentos reportáveis da Companhia e sua controlada (nota explicativa nº 8):

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Armazenagem	423.838	413.548
Granéis	41.321	35.621
Peças e serviços	100.291	72.108
Exportação	105.793	62.188
	671.243	583.465





**32. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Aluguel de propriedades para investimento	6.837	6.027	212	219
Royalties	6.670	5.711	-	-
Subvenções governamentais (nota explicativa nº 37)	-	-	16.372	16.289
Contribuição Seprotur/Fai	-	-	(1.540)	(2.513)
Recuperação de despesas (Exclusão ICMS base cálculo PIS/COFINS)	-	-	22.651	-
Recuperação de despesas diversas	63	235	1.176	2.871
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(1.008)	(1.416)
Contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	114	56	(4.671)	9.580
Condenações diversas	(5)	(1)	(5.792)	(14.275)
Perda na venda/baixa obsolescência do ativo imobilizado	-	-	(61)	(6.286)
Pis/Cofins sobre outras receitas	(1.250)	(1.180)	(1.250)	(1.181)
Multas contratuais	-	-	925-	(1.798)
Pensões vitalícias	-	-	(680)	-
PLR	(2.944)	-	(11.277)	(8.202)
Variação Itens não monetários líquidos	-	-	(2.572)	-
Outras	(11)	(2)	(1.293)	332
	<b>9.474</b>	<b>10.846</b>	<b>11.192</b>	<b>(6.380)</b>

**33. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Depreciação e amortização	*(2.192)	*(2.189)	*(28.329)	*(30.888)
Despesas com pessoal	(3.868)	(3.941)	(96.052)	(92.902)
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	-	(314.783)	(251.886)
Despesas com benefícios empregados	(835)	(237)	(10.630)	(9.840)
Comissões sobre vendas	-	-	(24.238)	(17.548)
Garantias	-	-	(7.767)	(6.238)
Frete sobre vendas	-	-	(20.877)	(20.174)
Serviços de montagem	-	-	(35.943)	(41.866)
Serviços de terceiros	(1.702)	(1.277)	(16.750)	(15.530)
Comerciais e viagens	(75)	(270)	(3.866)	(5.745)
Locação	(85)	(8)	(614)	(947)
Ociosidade fabril	-	-	(3.575)	-
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	(5)	(9.184)	(7.642)
Consumíveis na produção	-	-	(20.334)	(19.042)
Outras despesas	(591)	(654)	(9.068)	(4.410)
	<b>(9.348)</b>	<b>(8.581)</b>	<b>(602.010)</b>	<b>(524.658)</b>
Despesas de vendas	-	-	(45.030)	(38.419)
Despesas administrativas e gerais	(9.348)	(8.581)	(48.254)	(47.968)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(508.726)	(438.271)
	<b>(9.348)</b>	<b>(8.581)</b>	<b>(602.010)</b>	<b>(524.658)</b>

(\*) A composição dos valores constantes nesta rubrica, referem se as movimentações da depreciação/amortização dos grupos de arrendamentos, propriedade para investimento, imobilizado e intangível.



### 34. Custo do produto vendido

	Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
Custo dos produtos vendidos	(505.151)	(438.271)
Custos não alocados	(3.575)	-
	<b>(508.726)</b>	<b>(438.271)</b>

Os custos não alocados são representados por valores não usuais ou custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, principalmente relacionados ao baixo volume de produção e embarque, reconhecidos diretamente no resultado no período em que ocorrem em conta destacada dos custos dos produtos vendidos.

### 35. Resultado financeiro

a) A movimentação das receitas financeiras estão apresentados abaixo:

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Variação cambial/monetária ativa	37	20	29.521	5.868
Variação monetária ativa exclusão ICMS base cálculo PIS/COFINS	-	-	10.382	-
Receitas com aplicações financeiras	310	1.172	2.723	3.110
Outras receitas financeiras	4	-	564	463
	<b>351</b>	<b>1.192</b>	<b>43.190</b>	<b>9.441</b>

b) A movimentação das despesas financeiras estão apresentados abaixo:

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019	Dez/2020	Dez/2019
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(3)	(12)	(6.798)	(6.289)
Juros de mora e IOF contratuais	(16)	(13)	(685)	(501)
Variação cambial/monetária passiva	(44)	(113)	(24.996)	(5.796)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(106)	-
Despesas com fiança bancária	-	-	(516)	(623)
Pis/COFINS sobre outras receitas	(18)	(55)	(649)	(365)
IR retido sobre operações exterior	-	(9)	(393)	(517)
Outras despesas financeiras	(90)	(62)	(309)	(251)
	<b>(171)</b>	<b>(264)</b>	<b>(34.452)</b>	<b>(14.342)</b>

### 36. Resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2020	Dez/2019
<b>Básico:</b>		
Resultado líquido	67.650	37.572
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971
Resultado por ação ordinária básico - R\$	<b>2,5711</b>	<b>1,4279</b>
<b>Diluído:</b>		
Resultado Líquido	67.650	37.572
Extinção do Plano de Compra de Ações	-	1.757
Resultado líquido	67.650	39.329
Resultado líquido ajustado pelo efeito da diluição	67.650	39.329
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.311.971
Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	26.311.971	26.311.971
Resultado por ação diluído - total - R\$	<b>2,5711</b>	<b>1,4947</b>



### 37. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2032. A Companhia teve as seguintes contrapartidas:

- a) A realização de investimentos até 31 de dezembro de 2028;
- b) A manutenção e geração de empregos até 31 de dezembro de 2032; e
- c) Manter faturamento mínimo anual (fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul), até 2032.

O benefício reconhecido no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 16.372 (no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 16.289) e está reconhecido no resultado do período como “outras receitas operacionais”, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido da Controlada. Em 31 de dezembro de 2020 a controlada liquidou sua obrigação legal de reconstituir a reserva de incentivo fiscal relacionada a períodos anteriores no montante de R\$ 36.462.

### 38. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Mai/21	1.450
Responsabilidade civil – Seguro de Vida	Mar/21	867
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Set/21	20.000
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – Industriais	Set/21	5.000
		<u>27.317</u>
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)		
	Jan/22	1.085
	Fev/22	100
	Mar/21	35.222
	Abr/21	447
	Jun/21	540
	Ago/21	3.700
	Set/21	714.801
	Out/23	2.700
	Ago/24	3.700
		<u>762.295</u>
		<u>789.612</u>





A seguir abertura das modalidades pertinentes aos seguros:

	<b>Valor</b>
<b>Consolidado</b>	
Garantias relacionadas a clientes	12.647
Transporte Nacional	2.500
Transporte Exportação	2.500
Transporte Importação	2.500
Risco Engenharia (relacionadas a obras com montagem de responsabilidade da Companhia).	35.000
Patrimonial (Lucros Cessantes - Despesas fixas decorrentes de vendaval e incêndio)	707.148
Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Responsabilidade Civil Geral (Estabelecimentos; Empregador; Riscos Contingentes de Veículos; Danos Morais)	5.000
Veículos	1.450
Vida	867
	<b>789.612</b>

### 39. COVID-19

A Companhia e sua controlada vem esclarecer ao mercado que está acompanhado atentamente os possíveis impactos do COVID-19 que possam lhe afetar, bem como, o impacto a seus stakeholders.

Informamos que, até a presente data, não identificamos mudanças significativas que afetem de forma substancial nossa estrutura de negócios, de igual modo, os impactos do COVID-19 conhecidos até o presente momento, não tendenciam a danos econômicos significativos no referido exercício.

Cabe destacar que, o principal insumo utilizado pela Companhia na fabricação de seus equipamentos é o aço, para o qual a Companhia não possui dependência exclusiva de importação. Para os itens classificados como críticos, nossos procedimentos determinam um estoque alvo em torno de três meses para atendimento de suas fabricas.

Em relação ao faturamento nacional, que representa grande parte da receita da Companhia, não observamos fatores que comprometeram o plano de negócio do exercício, de igual modo, no que diz respeito às exportações trabalhamos para fortalecer cada vez mais nossa participação na América Latina.

Nas questões relacionadas aos colaboradores da Companhia, estamos adotando diversas medidas preventivas para reduzir ao máximo a exposição ao contágio. À Companhia suspendeu quase que na totalidade as viagens, entrada de terceiros às fábricas, reuniões presenciais e está atuando fortemente na divulgação de hábitos preventivos de higiene e de cuidados com a saúde junto a todos os seus colaboradores e seus familiares, além de contar no momento com parte dos trabalhos de back-office na modalidade home-office.

A Companhia criou um comitê dedicado ao COVID-19 que avalia todos as possíveis ações para mitigar a exposição e o contágio, da mesma forma, foi criado um plano de contingência e matriz de riscos do COVID-19, bem como, nossos executivos trabalham continuamente na revisão do plano de negócios. Todas as análises da Companhia estão fundamentadas em evidências e monitoramentos de risco e da evolução da disseminação do COVID-19 pelo mundo, contudo condições futuras diferentes podem levar a Companhia a rever sua posição.



**Conselho de administração**

Presidente do Conselho de Administração  
**Marcelo Guimarães Lopo Lima**

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
**Julio Cesar de Toledo Piza Neto**

Membros

**Bruno Bianco Leal**

**Camilo Buzzi**

**Maria Gustavo Heller Britto**

**Milre Felix Neto**

**Vasco Carvalho de Oliveira Neto**

**Conselho fiscal**

Presidente do Conselho Fiscal  
**Thomas Lazzarini Carolla**

Membros

**Manoel Eduardo Lima Lopes**

**Sandro Roberto de Melo**

**Diretoria**

Diretor Presidente  
**Piero Abbondi**

Diretor Financeiro e RI  
**Paulo Geraldo Polezi**

**Gerência**

Gerente de Controladoria  
**Edirlei Lohrentz da Silva**

**Contadora**

---

Cristiane Beatriz Back Bender

Contadora

CRC-RS 072285/O-2

